



BANCA

Relação mantém sanção a Salgado, que acusa de desvalorizar a sua conduta

O Tribunal da Relação confirmou a decisão do tribunal de primeira instância de condenar Ricardo Salgado ao pagamento de uma coima de 3,7 milhões de euros.

O Tribunal da Relação confirmou a sentença do tribunal de primeira instância que condenou Ricardo Salgado ao pagamento de uma coima de 3,7 milhões de euros. Uma decisão que vai ser alvo de recurso por parte do antigo presidente-executivo do BES. Também Amílcar Morais Pires viu a sua sentença confirmada pelo tribunal de recurso. O ex-CFO terá de pagar 350 mil euros, de acordo com informação avançada pelo Expresso e Público e confirmada pelo Negócios.

Ambos tinham sido condenados no processo de contraordenação do Banco de Portugal. Mas Salgado e Morais Pires recorreram para o tribunal de Santarém, que confirmou a condenação do regulador. Nessa instância, no Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, as penas foram reduzidas de 4 milhões de euros para 3,7 milhões de euros, no caso de Ricardo Salgado, e de 600 mil para 350 mil euros para Morais Pires.

Os dois responsáveis resolveram voltar a recorrer da decisão de primeira instância para a Relação. No dia 2 de maio, o tribunal confirmou a decisão de Santarém. O tribunal "julga totalmente improcedentes os recursos interpostos pelos recorrentes", confirmando "integralmente" a sentença, lê-se no acórdão.

A Relação diz ainda que as condutas de Salgado são "reveladoras de uma pronunciada irresponsabilidade social". Além disso, "a postura do recorrente ao longo do processo revela ainda que o mesmo não evidenciou qualquer interiorização do des-

valor das suas condutas, nem qualquer responsabilização pelos seus atos e pelas consequências nefastas dos mesmos, responsabilidade e consequências que reiteradamente desvaloriza e atribui a terceiros".

Em causa está a prática de atos de gestão no quadro das funções que desempenharam na instituição financeira. Ricardo Salgado e Morais Pires podem agora recorrer até chegar ao Tribunal Constitucional. Um passo que a defesa de Salgado já fez saber que vai dar.

"Estamos a analisar a decisão e iremos reagir através dos meios processuais aplicáveis até ao recurso para o Tribunal Constitucional", afirmam os advogados Francisco Proença de Carvalho e Adriano Squilacce. "Trata-se de um acórdão que, essencialmente, tratou de questões de direito, pois nos processos de contraordenação, regra geral, os tribunais superiores não podem julgar os factos", acrescentam. Lamentam ainda que, em Portugal, "se continue a tratar processos em que se aplicam coimas de milhões como se fossem bagatelas". ■

RITA ATALAIA

3,7

MILHÕES

O Tribunal da Relação confirmou a decisão de condenar Ricardo Salgado ao pagamento de uma coima de 3,7 milhões.